



MR 029. Políticas de reparação e indenização no Brasil e na Argentina: perspectivas a partir da antropologia do estado e do ativismo das vítimas

Coordenador(es):

Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (UFRJ)

Participantes:

Virginia Vecchioli (UFSM)

Diego Zenobi (UBA - CONICET)

Paula Mendes Lacerda (UERJ)

Debatedor/a:

Virginia Vecchioli (UFSM)

Essa mesa redonda visa discutir processos contemporâneos de reparação que resultam de situações críticas diversas, nas quais, apesar da incomensurabilidade do "dano", do "sofrimento" ou da "violência" envolvidos, medidas foram adotadas, equivalências foram propostas, o pagamento de uma quantia em dinheiro foi acertado. Medidas de reparação, das quais as indenizações são parte, ganharam força como políticas de direitos humanos desde meados dos anos 90. Nesse processo, são componentes cruciais o ativismo das vítimas e/ou de seus familiares, a expertise de instituições de direitos humanos e a existência de um cenário nacional e internacional em que tais medidas são consideradas adequadas. As apresentações que compõe essa mesa, a partir do campo político brasileiro e argentino, objetivam analisar e relacionar as dimensões subjetivas, afetivas, políticas e estatais envolvidas no tema das indenizações.

Dinâmicas sócio-políticas em torno de indenizações, violências e sofrimentos

Autoria: Paula Mendes Lacerda (UERJ)

No Brasil contemporâneo, as políticas de indenização vêm sendo amplamente empregadas em resposta a uma diversidade de situações consideradas, por diversos agentes, como "violações de direitos humanos". O contexto de surgimento das políticas de reparação sugere que as indenizações sejam parte de um conjunto de medidas que pretendem reparar danos individuais e sociais e a confiança dos sujeitos em instituições públicas. No entanto, a pesquisa apurou que alguns tipos de violência dão origem a processos de indenização dissociados da proposição de medidas que visem a não repetição da violação. Diante desse cenário, a pesquisa busca perseguir algumas questões: quais os efeitos subjetivos e práticos para os sujeitos que pleiteiam e recebem indenizações? Como se alteram as formas tradicionais de associativismo e mobilização social diante de medidas direcionadas a indivíduos em particular?



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: